



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**Selma Singulano**

***O sentimento ruim da mineração: uma análise  
dos conflitos socioambientais em torno da  
construção do mineroduto Minas-Rio na  
cidade de Tombos-MG***

**Viçosa – MG  
Setembro de 2013**

**Selma Singulano**

***O sentimento ruim da mineração: uma análise dos conflitos socioambientais em torno da construção do mineroduto Minas-Rio na cidade de Tombos-MG***

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Douglas Mansur da Silva

**Viçosa – MG  
Setembro de 2013**

*Dedico esta monografia a minha mãe, Cida Singulano.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a grande família Singulano, pelo exemplo, pelo apoio, pelo carinho e pela paciência; Cida, Marisa, Samuel e Maria (Toninho não), vocês são minha força e minha alegria. Ao Samuel Castro, meu parceiro e amigo de todas as horas.

Agradeço ao EIV pelos ensinamentos, agradeço as pessoas que trabalharam comigo nesse projeto, pela confiança e amizade de sempre.

Agradeço ao Departamento de Ciências Sociais (DCS-UFV) pelo apoio, principalmente ao professor Douglas Mansur, pela paciência e ideias compartilhadas.

Sobretudo, agradeço a família Pinheiro; Irene, Vantuil, Ivanete, Ivane, Karina e Maria Fernanda, pelo carinho com que me receberam, pela hospitalidade e disposição de sempre. Serei eternamente grata a todos vocês.

## Teoria e Método

Chegou-me uma carta...cartas eram objetos hoje, obsoletos, escritos com pena, tinta e mata-borrão (quem ainda sabe o que é um mata-borrão?) que, para serem enviadas, exigiam selo, envelope, língua e uma caminhada até o correio. Se o remetente era importante, as cartas eram guardadas e depois da morte do dito eram transformadas em livros de valor histórico. Eu mesmo tenho a correspondência de Albert Schweitzer, Prêmio Nobel da Paz, umas 500 páginas, e a correspondência que Guimarães Rosa teve com seu tradutor para o alemão, umas 300 páginas, mais as suas cartas para os netos, ilustradas por ele mesmo. Esses objetos pertencem a uma era que está desaparecendo.

Pois, faz tempo - chegou-me uma carta de uma jovem que estava fazendo pós-graduação. O seu assunto eram as estórias que escrevi para crianças. Fiquei lisonjeado. Ela me enviava um longo questionário que tinha por objetivo esclarecer algumas questões que lhe eram obscuras, essenciais para um trabalho científico. Com toda certeza o questionário passara pelo crivo crítico do orientador. Orientadores, pelo que deles conheço, não permitem que coisa alguma dos seus orientandos seja dada ao público sem o seu *nihil obstat*... Peguei o questionário com toda a seriedade e logo minha seriedade se transformou em espanto porque eu não sabia as respostas para as perguntas que ela me fazia. Ela falava uma linguagem que eu desaprendera: acadêmica, científica, linguagem que se fala quando se está fazendo ciência, procurando a verdade. Mas quando se inventam estórias não se está procurando a verdade, e sim a beleza. A primeira pergunta era: “Qual é a teoria que o senhor usa para escrever suas estórias?”. Fiquei a matutar: que teoria usei para escrever *A menina e o pássaro encantado*? E *A árvore e a aranha*? Percebi que não usara teoria alguma. As estórias simplesmente vieram e se assentaram no meu ombro. Eu só olhei para elas e copiei. Então minhas estórias não eram objetos científicos. A segunda pergunta era: “Qual é o método que o senhor usa para escrever suas estórias?”. Método é o caminho que as ideias têm de seguir, a marcha das ideias como soldados em parada. Mas as minhas ideias não marcham, elas dançam... E não usei método algum... Essas duas perguntas são obrigatórias para a ciência, cujo objetivo é agarrar um objeto. Teorias e métodos são alçapões para pegar pássaros voantes. Mas estórias, poemas, músicas pertencem à classe das entidades semelhantes às nuvens que não se deixam prender. Elas pousam por vontade própria nos ombros dos escritores, dos poetas, dos músicos. Acho que foi Picasso que disse: “Eu não procuro, eu encontro...”.

Escrevo, mas não tenho teoria nem método. Assim escrevo, sem teoria e sem método. Consta que uma pessoa perguntou a Cervantes como ele fazia pra escrever. Ele teria respondido: “Para escrever eu me assento à minha mesa, com uma folha de papel, pena, tinta, mata-borrão...” O perguntante o interrompeu: “Não é isso..Quero saber sobre as ideias...” “Ah!”, Cervantes respondeu, “para isso é preciso ter talento...”.

Rubem Alves

## RESUMO

A presente monografia pretende analisar o processo de implantação do mineroduto Minas-Rio em seu trecho no município de Tombos - MG, objetivando perceber as mudanças vivenciadas pela população atingida em função da construção do mesmo. O trabalho utiliza do emprego de métodos qualitativos das Ciências Sociais, seguindo, sobretudo, a tradição de estudos etnográficos, com a utilização da observação participante e de entrevistas semiestruturadas.. O resultado das experiências em campo é a construção de uma leitura sobre o conflito estabelecido entre a população local ameaçada por projetos minerários e o próprio Setor Minerário. Através da análise desse caso específico, objetivo examinar os processos político-culturais envolvidos na disputa entre duas formas distintas de se pensar o território e seus usos.

Palavras-chave: mineroduto, Tombos, conflitos socioambientais.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental  
ANA – Agência Nacional de Águas  
APA – Área de Proteção Ambiental  
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental  
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
EIV – Estágio Interdisciplinar de Vivência  
EV – Estação de Válvula  
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente  
GESTA/UFGM – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais/Universidade Federal de Minas Gerais  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração  
INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente/RJ  
LI – Licença de Instalação  
LO – Licença de Operação  
LP – Licença de Prévia  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MME – Ministério de Minas e Energia  
MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PIB – Produto Interno Bruto  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente  
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente  
SMM/MME – Secretaria de Minas e Metalurgia/ Ministério de Minas e Energia  
SUPRAM – Superintendência Regional de Regularização Ambiental  
UFGM – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFV – Universidade Federal de Viçosa





## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1-A mineração no estado de Minas Gerais e o caso Minas-Rio.....	14
CAPÍTULO 2-A constituição de um campo de conflitos.....	22
CAPÍTULO 3-Observações etnográficas junto ao município de Tombos.....	28
3.1-O ponto de vista dos ‘atingidos’ de São Pedro.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

## INTRODUÇÃO

No segundo semestre do ano de 2010, quando estava em meu segundo ano da graduação em Ciências Sociais, fiz a chamada mobilidade acadêmica, uma espécie de intercâmbio para outra instituição. Em função dessa mobilidade fiquei por seis meses estudando na Universidade Federal de Minas Gerais e foi nessa época que conheci o GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, e a partir daí comecei a me interessar pela temática ambiental e as possibilidades de estudos que então se apresentava. No ano seguinte me envolvi em outros projetos, mas continuei estudando um pouco do assunto. Já no ano de 2012, em Viçosa, participei do Estágio Interdisciplinar de Vivência, o EIV, uma experiência única que a partir desse momento tomou parte da minha vida. Fui em fevereiro desse ano estagiária desse projeto, e como estagiária deveria fazer um período de vivência em alguma comunidade rural na Zona da Mata Mineira. Eu, aprendiz de militante, esperava ansiosa ser direcionada pela organização do estágio a algum assentamento/acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou alguma área de atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens, o que não aconteceu. Minha decepção foi grande quando vi escrito Tombos no papelzinho que designava minha localidade. Passado isso, fui eu rumo a minha vivência na cidade de Tombos, longe, onde eu não fazia ideia para que lado ficava. Chegando a Tombos logo conheci Irene<sup>1</sup>, e seria na casa dela que eu passaria meus próximos dias. Irene mora na zona rural da cidade, a cerca de 18km, e bem no caminho notei, logo na primeira viagem, uma enorme construção, uma espécie de túnel construído no meio da montanha. Aquilo me intrigou muito; no decorrer dos dias fui procurar descobrir o que era aquilo. Descobri que se tratava de um túnel construído para passagens de grandes tubulações, tubulações essas relacionadas à construção de um mineroduto na cidade. No tempo em que ali fiquei não ouvi falar muito sobre esse mineroduto, e me intrigou que uma construção daquele tamanho que cortava montanhas e propriedades ao meio não despertasse o interesse de ninguém. Findado meu estágio voltei à Viçosa e apaixonada pelo EIV me envolvi, depois de estagiária, na construção do mesmo, e desenvolvo esse trabalho até o presente ano.

---

<sup>1</sup> Irene foi minha mãe de vivência durante o estágio, foi minha informante durante o trabalho de campo, hospedeira, amiga para toda hora, a quem devo muito desse trabalho.

O EIV possibilitou que eu conhecesse diversas realidades, diferentes lugares e pessoas e grupos; dentre eles me possibilitou estabelecer relações com o MAB, movimento que fez retornar meu interesse pela temática ambiental e pelo tema dos conflitos. Foi a partir das relações que criei com o EIV, do interesse em mobilizações, como a propiciada pelo MAB e em virtude dos estudos desenvolvidos pelo GESTA, bem como pela necessidade de visitar minha família de vivência, que resolvi voltar a Tombos. Nesse retorno descobri que aquele empreendimento na cidade não era algo tão simples, que não despertasse a curiosidade ou mesmo a indignação de ninguém. É pelo empenho em descobrir o que realmente se passava ali que resolvi desenvolver este trabalho.

Passei a estudar sobre conflitos socioambientais, procurando perceber melhor a relação meio ambiente e sociedade, principalmente no que tange a projetos de mineração. Em função da construção de um mineroduto, as comunidades locais têm seus meios de vida abruptamente transformado. Tal empreendimento traz consigo processos que evidenciam as desigualdades e injustiças sociais que permeiam embates onde as condições sócio-políticas e econômicas dos agentes sociais envolvidos – a saber, empreendedores e comunidades atingidas – são assimétricas. Assim, com este trabalho pretendo analisar o processo de implantação do mineroduto Minas-Rio em seu trecho no município de Tombos - MG, objetivando perceber as mudanças vivenciadas pela população atingida<sup>2</sup> em função da construção do mesmo. A partir da análise dos documentos referentes ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento, da realização de entrevistas com os atingidos e atingidas, e do trabalho de campo no município, busco uma análise dos meios de vida dessas pessoas que vivem/viviam no trecho percorrido pelo duto e procuro perceber como mudanças ocorridas afetaram suas redes de sociabilidades, seu trabalho, o ambiente em que vivem/viviam, o seu dia-a-dia.

A noção de meios de vida se refere as diferentes combinações de recursos que uma população possa utilizar localmente como estratégia para construir suas formas de reprodução sociais através do trabalho, redes sociais acionadas, conhecimento, tecnologia, emprego, utilização de recursos naturais e outras formas de obtenção de renda (Henbick, 2007 apud Carvalho, 2013). Nesse sentido, os meios de vida abarcam

---

<sup>2</sup> Por população atingida e atingidos me refiro aos moradores da zona rural de Tombos, mas especificamente da comunidade de São Pedro que foram em sua maioria realocados para cidade e/ou que perderam parte ou todo de suas propriedades, esses que constituem objeto de estudo desta monografia e de quem falarei melhor em um próximo capítulo. Não entrarei no mérito da discussão sobre o conceito de atingido, categoria ainda em disputa e que abarca diferentes visões e perspectivas.

mais do que os aspectos econômicos das atividades, também remetem aos estilos de vida e as escolhas de valores, status, senso de identidade e formas locais de organização, bem como das estratégias utilizadas a partir da necessidade de resposta a diferentes processos de mudança no meio social.

Neste ano de 2013 realizei mais uma viagem a campo, nesta ocasião as pesquisas contaram com o emprego de métodos qualitativos das Ciências Sociais. Segui, sobretudo, a tradição de estudos etnográficos a partir da permanência junto à comunidade atingida, vivenciando parcialmente suas experiências diárias, travando contatos e diálogos mediante um esforço para compreender seu discurso e suas práticas. Optei, assim, pela técnica da “observação participante” (BECKER, 1997) complementada pela realização de entrevistas semi-estruturadas com os atingidos e atingidas. As informações obtidas eram sempre registradas em um caderno de campo, o qual esteve presente, em alguns momentos, durante as entrevistas e as visitas às comunidades. Outras vezes, as anotações eram feitas em condições mais reservadas. A aproximação nem sempre foi fácil, fui questionada algumas vezes se trabalhava para a empresa responsável pelo mineroduto, para quem eu estaria fazendo pesquisa e o que eu realmente estava fazendo ali. Contudo, em muitos casos a presença ou apenas a citação do nome da Irene, minha melhor guia e informante, já me abria muitas portas.

O resultado dessas experiências em campo é a construção de uma leitura sobre o conflito estabelecido entre a população local ameaçada por projetos minerários e o próprio Setor Minerário<sup>3</sup>. Através da análise desse caso específico, objetivo examinar os processos políticos-culturais envolvidos na disputa entre duas formas distintas de se pensar o território e seus usos. Com este propósito, realizo, no capítulo um, uma apresentação do processo de implantação de empreendimentos minerários no estado de Minas Gerais, apresentando esse caso específico. Em seguida, no capítulo dois, exponho uma discussão sobre a noção de conflitos.

No capítulo três, apresento uma breve caracterização da comunidade atingida de modo a introduzir as especificidades das formas locais de se relacionar com o conflito. A partir do esforço para conhecer e compreender os meios de vida destas comunidades se evidencia a oposição entre os distintos projetos sociais de apropriação da natureza

---

<sup>3</sup> No âmbito deste trabalho denomino “Setor Minerário” um conjunto de agentes econômicos e financeiros que desenvolvem, apesar da diversidade dos ramos de atuação, ações e estratégias coerentes e integradas. Destacam-se todos os agentes que concorrem no quadro de produção da indústria mineral no país.

articulados, de um lado, pela comunidade atingida, e de outro, pelos representantes do Setor Minerário.

Finalmente, concluo, a partir um questionamento do modelo desenvolvimentista, enfatizando o contraste entre dois modos distintos de ordenação e significação do espaço.

## **CAPÍTULO 1 – A mineração no estado de Minas Gerais e o caso Minas Rio**

O histórico da mineração no Brasil acompanha a própria história da nação. O setor mineral é responsável por grande número de investimentos e o estado de Minas Gerais é tido como referência, uma vez que englobou até 1960 a maior parcela da atividade mineradora no país (60%) e continua englobando uma grande parcela (35% em 2007). Essa redução ao longo dos anos não é absoluta, mantendo o estado com crescentes acréscimos produtivos nos setores, por exemplo, de ferro, ouro e zinco. Segundo dados do IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração), Minas Gerais respondeu em 2012 por aproximadamente 53% da produção brasileira de minerais metálicos e 29% de minérios em geral, sendo além de maior produtor de ferro do Brasil o maior produtor de nióbio do mundo. A atividade de mineração está presente em mais de 250 municípios mineiros, sendo sete desses os maiores municípios mineradores do país. Atualmente, mais de 300 minas estão em operação e 40 das 100 maiores do país estão localizadas no Estado<sup>4</sup>.

A balança mineral de Minas resultou em 2011 um total de US\$21,438 bilhões. Em 2012, esse valor foi de US\$16,745 bilhões. As exportações de bens minerais têm uma representação muito significativa no Estado, representando 54,26% do total exportado em 2012. Ainda, existem atualmente 3.609 companhias mineradoras na região Sudeste do país. A mineração respondeu por 4,85% do PIB total do estado, em 2007; e aproximadamente 9,5% do PIB total do país, em 2010 (Idem).

A mineração compreende diversas áreas integradas, desde a extração, o beneficiamento, o transporte, a pelotização e o porto. Parte importante sobre a mineração é o transporte do minério extraído, podendo ser esse por meio ferroviário, rodoviário ou através de mineroduto. Com o crescente avanço da mineração aposta-se cada vez mais na construção de dutos para o transporte dos minerais desde as usinas e minas até os portos e centros de consumo, ou seja, a construção de minerodutos é crescente uma vez que diversos projetos prevêm a interligação dutoviária entre regiões estratégicas no Brasil, onde destaca-se o estado de Minas Gerais. O uso dessa

---

<sup>4</sup> Todos estes dados foram retirados do site do IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração: <http://www.ibram.org.br/>

alternativa como meio de transporte é adotado, segundo o Setor, devido à sua confiabilidade operacional e de segurança. Além disso, este sistema apresenta baixo custo operacional quando comparado às outras alternativas de transporte. Teoricamente, em termos ambientais, a vantagem de sua utilização está no fato de ser a alternativa de menor impacto ambiental dentre as demais.

No país, a mineração de um modo geral, está submetida a uma série de regulamentações, onde os três níveis de poder estatal possuem atribuições com relação à mineração e o meio ambiente. Em nível federal, os órgãos têm a responsabilidade de definir as diretrizes e regulamentações, bem como atuar na concessão, fiscalização e cumprimento da legislação mineral e ambiental para o aproveitamento dos recursos. São esses: 1- Ministério do Meio Ambiente, responsável por formular e coordenar as políticas ambientais, assim como acompanhar e superintender sua execução; 2- Ministério de Minas e Energia, responsável por formular e coordenar as políticas dos setores mineral, elétrico e de petróleo/gás; 3- Secretaria de Minas e Metalurgia, responsável por formular e coordenar a implementação das políticas do setor mineral; 4- Departamento Nacional de Produção Mineral, responsável pelo planejamento e fomento do aproveitamento dos recursos minerais, preservação e estudo do patrimônio paleontológico, cabendo-lhe também superintender as pesquisas geológicas e minerais, bem como conceder, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, de acordo com o Código de Mineração; 5- Serviço Geológico do Brasil, responsável por gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico, além de disponibilizar informações e conhecimento sobre o meio físico para a gestão territorial; 6- Agência Nacional das Águas, responsável pela execução da Política Nacional de Recursos Hídricos, sua principal competência é a de implantar o gerenciamento dos recursos hídricos do país. Responsável também pela outorga de água superficial e subterrânea, inclusive aquelas que são utilizadas na mineração; 7- Conselho Nacional do Meio Ambiente, responsável por formular as políticas ambientais, cujas Resoluções têm poder normativo, com força de lei, desde que, o Poder Legislativo não tenha aprovada legislação específica; 8- Conselho Nacional de Recursos Hídricos, responsável por formular as políticas de recursos hídricos, promover a articulação do planejamento de recursos, estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de uso dos recursos e para cobrança de seu uso; 9- Instituto Brasileiro de Meio



Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, responsável, em nível federal, pelo licenciamento e fiscalização ambiental<sup>5</sup>(FARIAS, 2002, 5).

De acordo com a resolução 001/1986 do CONAMA, considerada como sendo a base normativa do Licenciamento Ambiental e da Avaliação de Impactos Ambientais, o licenciamento de atividades modificadoras do ambiente, como um mineroduto, dependerá da elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental, que devem ser submetidos à aprovação do órgão estadual competente.

Em seu Art.5, a resolução determina que os estudos de impacto ambiental devem obedecer às seguintes diretrizes gerais:

- (i) Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;
- (ii) Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;
- (iii) Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza e;
- (iv) Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Tal resolução determina um sentido de planejamento ambiental prévio das atividades sujeitas ao licenciamento. Por essas disposições, o CONAMA orienta a aplicação do Licenciamento Ambiental e da Avaliação de Impacto Ambiental como instrumentos a serem adotados na tomada de decisão quanto às autorizações do Estado, baseada no conhecimento suficiente das restrições que deverão ser consideradas na aceitação da viabilidade ambiental, ou não, do empreendimento (RIBEIRO, 2008). Desse modo, para a construção de um mineroduto, a partir de sua ‘possibilidade’ de

---

<sup>5</sup> Os grifos acrescidos se justificam pela importância dessas instituições específicas no decorrer deste trabalho.

degradação do meio ambiente, se faz obrigatória à produção dos EIA/RIMA. Em Minas Gerais esses relatórios passam por uma avaliação e concessão de um parecer técnico pela FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente - para que, a partir de e com base nesse parecer, o COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental - possa conceder, ou não, três tipos de licença diferentes – LP, LI e LO, abaixo detalhadas.

Nos termos de seu Art. 8, a resolução 237/97 do CONAMA estabelece que o poder público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

- (i) – Licença Prévia (LP) – concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
- (ii) – Licença de Instalação (LI) – autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.
- (iii) – Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para operação.

Portanto, é de competência do CONAMA o estabelecimento das normas para o licenciamento ambiental a ser concedido e controlado pelos órgãos ambientais estaduais e municipais competentes, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, e pelo IBAMA, em caráter supletivo. Além disso, os estados e municípios têm poder constitucional para legislar sobre mineração e meio ambiente. Em Minas, as Superintendências Regionais de Regularização Ambiental, como órgão estadual competente, têm por finalidade planejar, supervisionar, orientar e executar as atividades relativas à política estadual de proteção do meio ambiente.

Contudo, considera-se polêmica a natureza jurídica da licença ambiental quanto ao seu poder de intervenção e decisão sobre as ações de investimento em atividades econômicas (RIBEIRO, 2008). Considera-se que o licenciamento desse tipo de empreendimento tem início em uma etapa tardia do processo de implantação; dessa forma, as ações precedentes organizadas pelo Setor já definiram a natureza da ação e o local onde será implantado. Ainda, durante o processo de licenciamento, o projeto pode passar por ajustes técnicos e fica condicionado à apresentação de uma lista de medidas mitigatórias e compensatórias, as quais têm por função a viabilização política dos projetos que, muitas vezes, não encontram aprovação técnica (ZHOURI et al, 2005). Segundo Oliveira (2005), os rumos e efeitos finais de um processo de licenciamento são determinados pelas medidas que antecedem a elaboração dos EIA e que são conduzidas pelos agentes do Setor. Apesar de todo o procedimento que envolve a concessão de licenças ambientais, pondera-se que o resultado final já é dado de antemão. O que se percebe aqui é a falta de uma efetiva integração governamental e também, um entrosamento com a sociedade civil para a elaboração de uma política mineral no país.

Nesse contexto, o Brasil tem sido palco de grandes investimentos no setor de mineração, dentre os quais estão aqueles, no âmbito da construção do mineroduto denominado Minas-Rio. Em 2008, a empresa Anglo American, sediada em Londres, criou a Anglo Ferrous Brazil como braço de negócios de minério de ferro no país, e adquiriu do grupo MMX (empresa de mineração do grupo EBX), do empresário Eike Batista, uma mina situada na cidade de Conceição do Mato Dentro - norte de Minas Gerais, a 167km da capital Belo Horizonte. Segundo a empresa, almeja-se extrair 26,5 milhões de toneladas anuais de minério de ferro. Para escoar tamanha produção, seria então construído um mineroduto de 525 km de extensão, que corta 32 municípios mineiros e fluminenses, chegando à cidade de São João da Barra, onde está instalado o Porto do Açú, também do empresário Eike Batista e no qual a própria Anglo American tem 49% no terminal de minério de ferro. Portanto, a mina de Conceição do Mato Dentro, o mineroduto e o Porto do Açú constituem um mesmo empreendimento, o Projeto Minas-Rio. O sistema Minas-Rio tem hoje 65% de suas obras previamente concluídas entre interrupções e concessão de diferentes alvarás, e estando prevista sua conclusão para o ano de 2014.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1280237>

A construção desse empreendimento é dividida em três partes, e assim também está dividido seu processo de licenciamento. O primeiro trecho composto pela mina e pela estação de beneficiamento está sob responsabilidade da SUPRAM regional Jequitinhonha; o mineroduto, sob as ordens do IBAMA, e o terminal portuário sob administração do INEA (instituto responsável pelo licenciamento no estado do Rio de Janeiro). Dada a complexidade do projeto, bem como do processo de licenciamento, procurarei fazer aqui uma breve apresentação e esclarecimento acerca desses.

No ano de 2006 foi solicitada pelo empreendedor a primeira Licença Prévia do projeto, esta sendo emitida no ano de 2007. Nesse mesmo ano era requerida a Licença de Instalação, emitida em 2008. A previsão do início das obras se dava para abril de 2008, e o início da operação datava o ano de 2009. O processo de licenciamento ambiental do empreendimento foi iniciado pela empresa MMX-Minas Rio Mineração S.A. Em março de 2008, foi assinado entre MMX S.A. e o governo de Minas um protocolo de intenções para investimentos no Estado. Como dito anteriormente, a mineradora Anglo American assumiu o controle acionário da MMX em 2008, adquirindo os direitos sobre o projeto, passando a ser denominada Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S/A. Hoje, o empreendimento segue fora de seu cronograma

inicial, e após audiências públicas<sup>6</sup> e o direcionamento de ações civis públicas tem a previsão da solicitação de sua Licença de Operação para o período entre outubro de 2013 e maio de 2014, prevendo o início de sua operação para o segundo semestre desse último ano.

Percebe-se que a distinção de determinados problemas relativos ao licenciamento ambiental se dá em função de um processo de ordem político-estrutural e da ordem dos procedimentos. Por uma suposta representatividade e imparcialidade as instâncias e seus atores responsáveis fazem parte do jogo político que delimita as fronteiras de um modelo, da adequação ambiental, que, através de medidas mitigadoras e compensatórias asseguram a dominação do espaço de tomadas de decisões por uma visão hegemônica do que sejam as possibilidades de uso dos recursos naturais a partir da lógica do mercado, anulando as diversidades socioculturais e não garantindo a participação e incorporação de distintos atores e segmentos sociais.

O Sistema Minas-Rio tem atualmente, de acordo com o empreendedor, 94% de sua mina concluída, 251 km de toda a extensão do mineroduto e 52% de seu terminal portuário<sup>7</sup>.

Nesse sentido, o processo socioambiental vivenciado em Tombos é parte de um processo de escala ampliada. Localizada na Zona da Mata Mineira, a 5km da divisa com o estado do Rio de Janeiro, percebe-se a importância do município no contexto dessa iniciativa. A cidade de 9.537 habitantes, segundo o Censo de 2010, possui uma área de 285,125 km<sup>2</sup>. Tombos se encontra no km 350 do mineroduto, com uma construção adjacente às áreas urbanas, numa região em que a economia é provida pela lavoura de café e criação de gado leiteiro. Programada a interseção de aproximadamente 6 km com Área de Proteção Ambiental Água Santa situada na zona rural do município, as obras contam ainda com a instalação de válvulas para controle da pressão na tubulação do mineroduto (Estação de Válvulas – EV), calculando uma faixa de servidão de 30 m de distância da área percorrida pela tubulação. O túnel que corta montanhas ao qual me referi no início desse trabalho se trata do denominado Tombos B, em seus 622 metros, sendo o maior túnel utilizado para passagem de tubulação em todo o alcance do

<sup>6</sup> Após o recebimento de toda a documentação exigida para o licenciamento, o órgão ambiental responsável publicará no Diário Oficial do Estado o requerimento de licença ambiental. Caso o empreendimento esteja sujeito a apresentação de EIA/RIMA, como é o caso desse projeto, deverá ser aberto o prazo de 45 dias para solicitação de audiência pública por parte da comunidade afetada. A audiência pública funciona como fóruns consultivos, não havendo portanto tomadas de decisões.

<sup>7</sup> As informações sobre o andamento das obras foram retiradas do site do Grupo Camargo Corrêa (<http://www.camargocorrea.com.br/>), uma das principais empresas responsáveis pelo empreendimento.

mineroduto; serão construídos ainda outros dois túneis no município, um deles com 610 metros.



Fonte: Arquivo pessoal, Tombos B

Avalia-se que um empreendimento desse porte, que atravessa literalmente grande parte do território dessa pequena cidade traz consigo diversos conflitos em potencial. Como conjunto de impactos ambientais a serem causados pelo empreendimento podemos citar: a “invasão” de uma área de proteção ambiental e sua degradação; a realocação de comunidades atingidas, ocasionando a desorganização das redes de solidariedade baseadas nas relações de parentesco e vizinhança; ainda, a desagregação das redes de comunicação entre comunidades, vizinhos e parentes localizados na área delimitada. Deve-se ainda ressaltar a indução do fluxo de trabalhadores e migrantes para a região, provocando o aumento da demanda habitacional e grande especulação imobiliária. Por fim, o projeto acaba por prover ainda a supressão das atividades agrícolas, fonte de rendimentos, para muitas famílias.

Por tudo isso, o mineroduto Minas-Rio não constitui um projeto isolado, ao contrário, é parte de um contexto mais amplo em que se (re)produz um modelo desenvolvimentista para o país. A análise dos problemas político-estruturais e procedimentais do licenciamento ambiental nos chama a atenção para o fato de que estas questões “resultam no controle territorial por uma pequena elite econômica e política da sociedade, em detrimento de uma diversidade de formas de se conceber e utilizar o meio ambiente, representadas por seguimentos sociais distintos e não-hegemônicos” (ZHOURI, 2005, 94).

Nesse sentido, procurarei analisar no próximo capítulo questões referentes à noção de conflito. Não querendo caracterizar toda relação de ‘negociação’ entre diferentes sujeitos e empreendimento como conflituosa, questionando até se só existe conflito quando há oposição por uma das partes, considero que a situação aqui analisada se faz compreender dentro de uma percepção mais ampla de disputa. Nesta visão, o espaço, seus recursos e seus habitantes são diminuídos à condição de palco para investimentos rentáveis. A diversidade e complexidade das formas de organização social no local são transformadas em um mero somatório de propriedades e imóveis de indenização ou realocação.

## CAPÍTULO 2 – A constituição de um campo de conflitos

Conforme aponta Bourdieu (2002), a Ciência Social deve estar sempre exposta a receber do mundo social estudado os problemas que levanta sobre o mesmo. Dessa forma, cada sociedade elabora, em seu momento, um corpo de problemas sociais tidos por legítimos, dignos de serem discutidos. A construção de minerodutos, a edificação de empreendimentos desse porte, enquanto problema sociológico revela inúmeras possibilidades de pesquisa. Nesse sentido, o tema se apresenta através de uma pluralidade de abordagens contidas em um extenso leque bibliográfico. O debate sobre a temática ambiental categoriza “meio ambiente” visto como um espaço de contestações e conflitos, e atravessado por sentidos socioculturais e interesses diversos. Portanto, o campo ambiental pode ser compreendido dentro da noção de campo social, também definido por Bourdieu (1983, 1990), como sendo um campo de forças e um campo de lutas construído historicamente. Desse modo, as análises aqui se concentram em torno dessa arena.

Ao se buscar um aporte teórico capaz de dar conta da complexidade da problemática ambiental na sua relação com a sociedade e no interesse pelo tema, supostamente, ocorre uma crescente politização e mobilização de determinados grupos sociais. Com o advento de problemas ambientais espalhados pelo mundo, nos anos 1960, emergiram diversos movimentos sociais questionando a crescente alienação da moderna sociedade industrial em relação à natureza. A crítica ambiental não somente ganhou relevância na política internacional, por exemplo, nas conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente, em Estocolmo-1972 e na Rio-1992, e agora na Rio +20, mas também influenciou debates epistemológicos no campo da ciência.

O debate intelectual dos anos 1960 que ansiava por novas bases às Ciências Sociais, segundo Zhouri (2004), nasce em meio aos movimentos sociais da mesma época e surgia com intuito de superar dicotomias como natureza e cultura. O empenho na superação desse antagonismo relaciona-se ao advento de uma crítica ambiental da sociedade industrial decorrida de um movimento político e acadêmico denominado ecologia política<sup>8</sup>. A crítica se dá em relação aos custos crescentes do sistema reprodutivo, buscando analisar as contradições do modelo capitalista e, além disso,

---

<sup>8</sup> Ver OLIVEIRA, 2005; ZHOURI et al, 2005; e ZHOURI, 2004.



denunciar a alienação entre sociedade industrial e natureza e a crise ambiental existente nesse campo.

Nesse sentido, a ecologia política preocupa-se com os problemas ambientais no contexto sociopolítico, focalizando os atores e os seus interesses específicos. A análise inclui as interdependências e divergências entre os sujeitos nos diferentes níveis global-local, assim como as diferentes racionalidades que orientam suas ações e, finalmente, os impactos de tais ações na configuração do meio ambiente.

Acerca da temática ambiental é corrente uma visão economicista e reducionista na qual sua definição se encerra em uma realidade objetiva, determinando-se na quantidade e qualidade de recursos materiais existentes, em separado e externa às dinâmicas sociais e políticas da sociedade. Divergindo dessa noção encontra-se o entendimento no qual o meio ambiente é uma construção social que resulta de sistemas de classificações compartilhados subjetivamente por diferentes atores de diferentes universos sociais.

A crítica da ecologia política, reelaborada a partir dos anos 1990, se volta contra a crença otimista na tecnologia como suficiente para resolver problemas ambientais sem mudanças estruturais na sociedade. Desse modo, é ao analisar o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, e no interior desses possíveis espaços e nas suas respectivas visões classificatórias que se deve pensar a existência e emergência de conflitos.

A 'natureza' comumente é entendida como uma variável, a ser manejada e administrada pelo capital de forma a não se tornar empecilho à concepção hegemônica de "desenvolvimento" e a seus grandes projetos, tida como recurso à produção. Em outra perspectiva, Zhouri (2004) analisa uma noção da ecologia política onde se (re)elabora que os problemas ambientais não serão solucionados sem mudanças nas instituições da sociedade. O apontamento se dá sobre o problema da atribuição ao meio ambiente de um estatuto de realidade autônoma e externa às relações sociais, percebendo-se então a necessidade de dar-se a devida atenção para a incongruência entre os avanços no que concerne aos arranjos institucionais, normas e leis e do atraso relativo à esfera das implementações no âmbito ambiental. É também nessa perspectiva que Acserald (2004) salienta que o meio ambiente pode ser entendido como um espaço comum de recursos expostos a distintos projetos, interesses, formas de apropriação e uso material e simbólico. Portanto, os conflitos que abarcam a causa ambiental ocorrem

de um desacordo no interior do arranjo dos recursos disponíveis e em meio a redes de poder constituídas historicamente.

Analisando a noção de conflito na teoria social e antropológica, nota-se desde autores clássicos visões distintas a esse respeito. Segundo Durkheim, o conflito se percebe, negativamente, como confrontos e interesses entre grupos sociais num estado de desvio da sociedade, em um estado de anomia. Com Marx, o conflito toma o papel de motor na luta de classes e nos confrontos de interesses irreconciliáveis. É em Simmel (1983) que o conflito é percebido como parte realmente constituinte das relações sociais, ou seja, da sociedade. Ao invés de verificarmos comumente em seus aspectos negativos da vida social, constatamos o conflito em sua regularidade nas mais variadas interações e relações sociais reproduzidas na sociedade.

Segundo Simmel (1983), a sociedade só seria possível pela existência de condições por ele denominadas “formas de associação”: a determinação quantitativa dos grupos, o processo de dominação-subordinação e o conflito (e sua forma indireta, a competição). Nesse sentido, entende-se o conflito como solucionador de dualidades divergentes a fim de alcançar certa unidade, ao se pensar em situações e não de forma estrutural. A partir do conflito, seriam definidas as normas que fazem com que ele leve não apenas à mudança ou à ruptura, mas também assegure a continuidade social. Parte-se da premissa que o conflito se reproduz junto às ações interativas e relacionais sociais. Assim, “admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações [...] é uma forma de sociação”, ainda, “[...] se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações [...]” (SIMMEL, 1983, 122); ou seja, o conflito é a substância existente nas mais diversas relações entre os indivíduos na sociedade. De acordo com Alcântara Júnior (2005), o conflito seria uma interferência identificada com o socialmente posto. O conflito pode, assim, produzir novas formas sociais, podendo alterar e criar condições à existência social.

De tal modo, o conflito é imanente às relações sociais e pode possuir ‘naturezas’ diferentes (econômica, política, cultural), além da possibilidade de entrelaçamento das mesmas. Diferentes conceituações e termos são apresentados no que se refere ao estudo de conflitos que permeiam as relações entre os indivíduos e seu meio natural: conflito social, conflito ambiental etc. A abordagem deste trabalho utiliza da expressão

socioambiental, visando analisar o conflito numa perspectiva mais ampla das disputas entre grupos sociais, a partir da abordagem teórica também diferenciada.

Segundo Acselrad (2004), os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferentes de apropriação, uso e significação do *território*<sup>9</sup>, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolve ameaçada por impactos indesejáveis decorrentes de exercício das práticas de outros grupos. Tais conflitos devem ser percebidos como processos de interação coletiva caracterizado por uma dinâmica de oposição e controvérsia entre grupos de interesse dentro de um campo de forças, onde estão em jogo significados e representações, ou seja, são embates políticos, uma vez que no campo social onde se dão as disputas, os atores sociais envolvidos possuem diferentes visões de mundo e dos ambientes. Logo, o surgimento de um conflito se dá quando o sentido, controle, acesso e a utilização de um espaço e recursos por determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e dos usos de outro(s) grupo(s).

O conflito socioambiental é um processo de interação coletiva caracterizada por uma dinâmica de oposição e controvérsia entre grupos de interesses que resulta de suas incompatibilidades, reais ou percebidas; e “a cada configuração do modelo de desenvolvimento, tenderemos a encontrar modalidades específicas de conflitos ambientais predominantes” (ACSERALD, 2004, 27). Destarte, considera-se que a polêmica em torno da construção de minerodutos se encaixa no conceito e tipificação de um conflito socioambiental, apresentando dinâmica própria e grupos antagônicos de atores que divergem em seus interesses. Este pode ser tipificado segundo o recurso natural em disputa, suas formas de uso e os atores envolvidos. Mas, o destaque se deve dar sobre, de acordo com Boratto Viana (2009), a sua complexidade em razão das inúmeras variáveis nele envolvidas, a interdependência entre os recursos naturais e grupos sociais, a especificidade de cada caso, a historicidade e condições de transformação, a amplitude de cenário e alcance, a multiplicidade de atores etc.

Desse modo, os trabalhos até aqui utilizados definem que o conflito pode remeter-se a quatro dimensões constitutivas: 1-apropriação simbólica, caracterizada pelo confronto entre diferentes representações, valores, esquemas de percepção e ideias

---

<sup>9</sup> A luta pela apropriação da natureza não consiste na disputa por espaço meramente físico, o conflito se estabelece em torno de espaços preenchidos por diferentes significações culturais, ou seja, em torno de territórios. Assim, ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente o ator territorializa o espaço.

que organizam as visões do mundo e legitimam os modos de distribuição de poder verificados no espaço da apropriação material; 2-apropriação material, são as disputas sobre o espaço da distribuição, entre os sujeitos sociais, de poder sobre os diferentes tipos de 'capital', incluindo, em relação aos efeitos da questão ambiental, o 'capital material'; 3-durabilidade das práticas sociais, a possibilidade de continuar existindo a base material de cuja integridade dependem determinadas formas sociais; 4-interatividade das práticas sociais, reconhece a oposição entre atores que desenvolvem ou propugnam distintas formas técnicas, sociais, culturais e simbólicas de apropriação dos elementos de um mesmo território ou de territórios conexos.

Aliás, aponta-se para a necessidade de não limitar as esferas de análise a conflitos entre grupos hegemônicos específicos, ou entre setores da sociedade, mas também atentar para as diferentes escalas de tais processos sociais. A questão é que os conflitos além dos observados entre comunidades locais e Estado, atualmente têm envolvido outros atores sociais e concepções espaciais, em diferentes níveis de ação até então não reconhecidos. O enfoque é dado aqui à análise dos processos de mudança social desencadeados nas populações atingidas.

De acordo com Oliveira (2005), a abordagem dos efeitos sociais de grandes projetos observa que os impactos não são frutos particulares da ação do agente interventor, mas dependem das estruturas e condições sociais preexistentes aos projetos. Consequentemente, o tratamento da questão ambiental seria caracterizado pela oposição entre interesses difusos e/ou coletivos e os interesses de caráter privado, cabendo, assim, aos conselhos de política ambiental a função mediadora para a gestão dos conflitos intrínsecos ao debate ambiental. A noção de conflito mostra que a interação entre as populações atingidas e o Setor não se apresenta como um processo de negociação e construção de consensos, ao contrário, trata-se do embate entre segmentos sociais que articulam interesses e visões opostas no interior de um espaço social assimetricamente estruturado (BOURDIEU, 1990). Nessa estrutura, atua uma repartição desigual de poder, de forma que os segmentos sociais em disputa têm suas visões e discursos aqui escitados pelo lugar social a partir do qual são enunciados.

O licenciamento ambiental, enquanto *campo* (BOURDIEU, 1983), ordena as relações entre os segmentos sociais em disputa, atribuindo-lhes o lugar e as possibilidades de ação. "É a distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico que localiza os agentes no campo, oferecendo-lhes poderes distintos para

enunciar e fazer valer seus projetos políticos” (OLIVEIRA, 2005, 19). Ou seja, a própria instituição do licenciamento modifica as condições sociais de apropriação do território, conferindo legitimidade social e política a determinadas formas de significação e uso social da natureza. O licenciamento opera, nos moldes atuais, como uma espécie de avalista (ZHOURI et al, 2005); o que significa que se o empreendimento possui as licenças requeridas, ele é automaticamente viável e como que imediatamente “sustentável”.

A questão que se coloca então é sobre as diferentes interpretações e resultados práticos desses empreendimentos para os diversos atores. Mesmo que essas iniciativas apresentem um volume considerável de recursos envolvidos, questiona-se sobre a capacidade da atividade em impulsionar o desenvolvimento local e regional, além de suprimir as demandas que surgem com esses projetos. Em nossa sociedade questões fundamentais suscitam controvérsias políticas polarizadas, portanto, no contexto da construção de minerodutos, o arranjo de interesses diferenciados e as formas sociais distintas de apropriação simbólica e material do espaço suscitam temas passíveis de conflitos. As ações nessa arena são originadas a partir de uma perspectiva do capital em que a dita necessidade de modernização motiva projetos desenvolvimentistas que engendram sérias desigualdades. Ressalta-se que a conjuntura do modelo minerador está inserida num ambiente passível de múltiplas formas sociais de apropriação e significação, e esse é o ponto de partida para os conflitos socioambientais.

É a partir dessa perspectiva que o presente trabalho propõe uma leitura do conflito estabelecido entre a população local e o Setor Minerário, tendo em vista a análise particular do caso Minas-Rio na cidade de Tombos. Cumpre investigar o esforço de afirmação de um determinado sentido atribuído ao *território* e os processos sociais gestados no interior desse campo, quais sejam, a construção de novas identidades e a produção de novas territorializações.

### CAPÍTULO 3 – Observações etnográficas junto ao município de Tombos

Partindo dessa abordagem teórica, cumpre agora apresentar uma caracterização da área pesquisada do empreendimento e da comunidade atingida pelo mineroduto Minas-Rio, preparando o terreno para uma análise do contraste entre as formas locais de organização, uso e significação do espaço em relação à visão articulada pelo Setor Minerário. Este contraste se torna mais evidente à medida que cometemos o esforço de conhecer o modo local de se relacionar com o ambiente. É com objetivo de compreender as especificidades destas formas locais que apresentamos uma breve caracterização do município e da comunidade rural atingidos pelo projeto.

Como dito anteriormente, o empreendimento estudado está localizado no município de Tombos. Segundo dados do IBGE, a agricultura foi o fator dominante de ocupação do território, sendo que o nome inicial do povoado foi Arraial Novo. A partir de 1852 passou a chamar-se Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola, sendo este alusivo à padroeira local e à cachoeira formada pelo rio Carangola, cachoeira esta formada pelos ‘três tombos’. Finalmente sendo elevado a condição de município em 1923, seu território é composto pelos Distritos Sede, Água Santa e Catuné<sup>10</sup>.

Tombos possui amplas paisagens de Mata Atlântica, situando-se na Bacia do Rio Paraíba do Sul, na Zona da Mata Mineira, ainda na microregião de Muriaé, fazendo divisa com as cidades de Faria Lemos, Pedra Dourada e Porciúncula (RJ), também situadas no percurso do mineroduto, além de Antônio Prado de Minas e Eugenópolis. Tombos é considerada cidade turística, sendo o início do Caminho da Luz<sup>11</sup> em sua Cachoeira de Tombos, a 5ª maior em volume d’água do país, situada na divisa com o Rio de Janeiro. Do seu total populacional, o município, caracterizado aqui como região agrícola, conforme Milton Santos<sup>12</sup>, conta com 1.935 habitantes situados na zona rural. A economia do município é na grande maioria do setor terciário (serviços) que conta com uma porcentagem de 68% no total, e em segundo está o setor primário (agropecuária) com 23% e por último, o setor secundário com 8%. A presença da

<sup>10</sup> Informações retiradas do site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=316920>

<sup>11</sup> O Caminho da Luz é um caminho de peregrinação religiosa, cultural, histórica e esportiva, criado em 15 de julho de 2001. Com 195 km de extensão, tem início na cidade de Tombos, terminando no Pico da Bandeira, situado no Parque Nacional do Caparaó, divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

<sup>12</sup> Segundo SANTOS (1985, 1993), o que difere a região urbana da região agrícola é a densidade das relações mantidas nos espaços, assim sendo, a noção de oposição entre campo e cidade ganha ares de complementaridade.

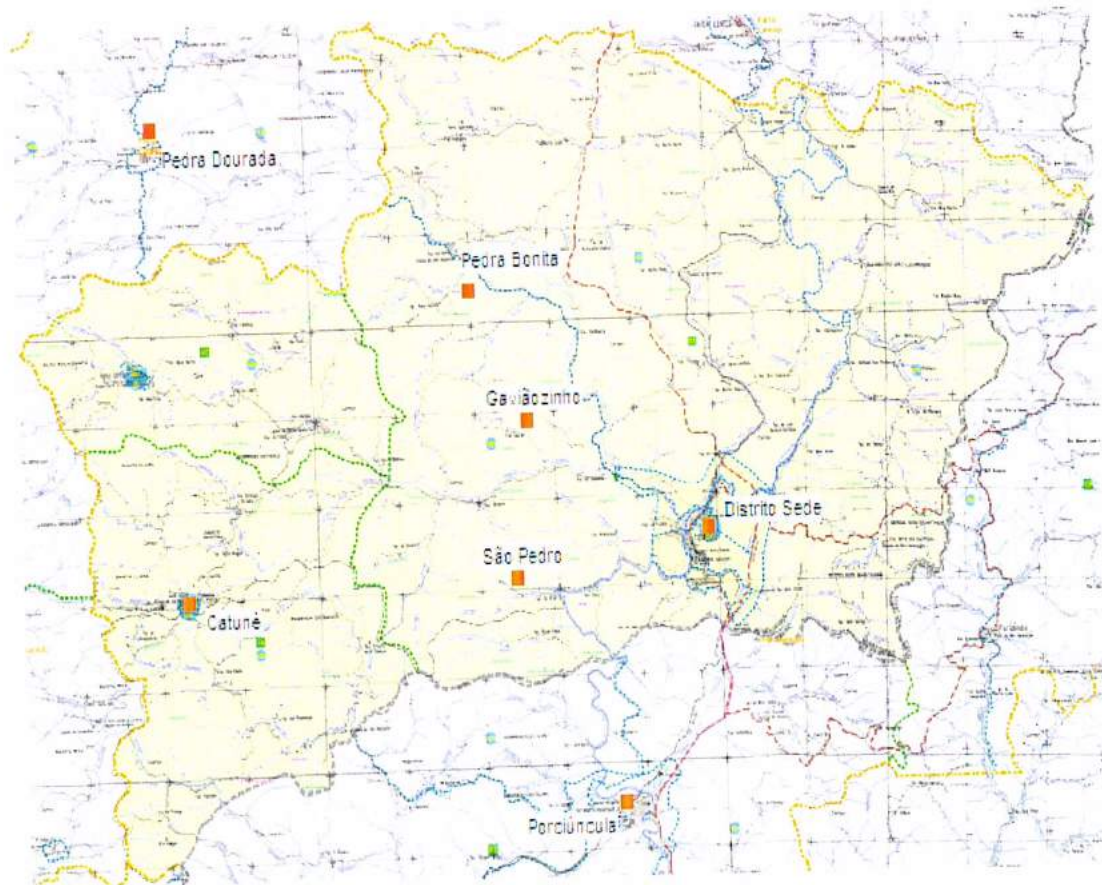
agricultura é forte, numa economia baseada pelo comércio de café e leite. Ainda, é nítida a presença de empresas terceirizadas na cidade com a chegada da mineração, o que muda a realidade da economia local<sup>13</sup>.

No município de Tombos o mineroduto ‘atinge’ diretamente as comunidades de São Pedro (divisa com o município de Porciúncula) e Pedra Bonita (divisa com o município de Pedra Dourada), e indiretamente a comunidade de Gaviãozinho e o Distrito Sede do município. Nada obstante, o universo social examinado compreende duas localidades específicas, a comunidade de São Pedro e o Distrito Sede. A escolha do exame sobre a comunidade de São Pedro se dá pelo fato dela ser constituída basicamente por pequenas propriedades<sup>14</sup>, em contraposição às comunidades de Pedra Bonita e Gaviãozinho, que são compostas fundamentalmente por grandes propriedades. Ou seja, considero que a observação dos possíveis impactos por um grande empreendimento é mais visível quando visto sob a ótica ‘dos pequenos’, por serem os mais atingidos, na ponta dos processos sociais em seus meios de vida. E também, claro, porque é nela que está situada a construção da Estação de Válvulas do mineroduto.

---

<sup>13</sup> Fonte: IBGE

<sup>14</sup> Atualmente, o módulo fiscal (unidade de medida agrária utilizada no Brasil, expressa em hectares) serve de parâmetro par a classificação fundiária do imóvel rural quanto à sua dimensão, sendo neste caso uma pequena propriedade rural um imóvel de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais.



Fonte: IBGE

Para a análise desse trabalho é importante ressaltar que quanto aos ‘atores’ envolvidos nesse projeto quais sejam empresas, instituições e movimentos, encontram-se, especificamente em Tombos:

As Empresas: MMX Minas – Rio Mineração S. A. (antiga responsável), Anglo Ferrous Minas Rio S. A. e Anglo American (atuais responsáveis), além das: LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S. A. Centencial Asset Mining Fund LLC.;

As Instituições: Instituto Estadual de Florestas (IEF); Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SEMAD); Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM); Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata (SUPRAM –Zona da Mata); Ministério Público Federal (MPF); Brandt Meio Ambiente Consultoria; Energy Choice; Geonatura; Diversus Consultores Associados LTDA; Prefeitura



Municipal de Tombos; Sindicato de Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (SINDIEXTRA)<sup>15</sup>.

Ainda como atores devem ser identificados os moradores locais dessas duas localidades, a quem direciono o foco desse trabalho. Seria necessário nomear todos os atores buscando apresentar suas falas e seus papéis neste cenário, contudo essa monografia compreende um recorte, não sendo possível abarcar tudo; faço então uma opção por apresentar a realidade da população local, uma vez sendo está a mais afetada. Contribuem ainda diversas empresas terceirizadas ligadas à mineradora, dentre essas deve destacar o Grupo Camargo Córrea, maior responsável pelo empreendimento no local.

Em seu mapeamento dos conflitos ambientais de Minas Gerais, o grupo GESTA/UFMG<sup>16</sup> fez um excelente trabalho de levantamento dos conflitos existentes no Estado. Sobre o mineroduto Minas Rio foi analisado um conflito latente na cidade de Conceição do Mato Dentro, onde situa-se a mina de exploração, ou seja, o início do projeto. Desse modo, Tombos não é determinado como espaço de conflito, uma vez que 'não há resistência' por parte da sociedade civil e como bem mostro mais adiante, não existem movimentos organizados entre os atores envolvidos, como ocorre em Conceição do Mato Dentro. Entretanto, o que quero demonstrar com esse trabalho é que o fato de não haver grupos organizados em resistência ao empreendimento não deve ser suficiente para caracterizar a existência ou não de tensões e conflitos. Assim, penso que o fato de grande parte da população de determinada comunidade ter tido seus meios de vida abruptamente modificados, e não estarem satisfeitos com isso, seja suficiente para determinar que ali existe uma disputa em relação à apropriação, uso e significação do espaço, mesmo que esses não se rebelem. Considero que para a compreensão da não existência de movimentos ou grupos organizados em oposição à construção do mineroduto não se dá em função do consentimento dos atores locais com o mesmo, pelo contrário, se dá pela cultura local, possivelmente pelo desconhecimento desse tipo de ação e organização, se dá pela falta de apoio para tal por parte do governo local e demais entidades que poderiam nesse caso auxiliá-los.

---

<sup>15</sup> Fonte: GESTA/UFMG 2011

<sup>16</sup> Esse mapeamento foi coordenado pelo GESTA, mas também contou com a atuação de outros grupos, como o PACAB-UFV (Projeto de Assessoria as Comunidades Atingidas por Barragens) e o NINJA-UFSJ (Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental).

Sendo o projeto uma grande obra, é importante destacar os pontos positivos e negativos que surgem. Sob a ótica capitalista e de ganho, é fácil perceber a satisfação dos empresários locais. Na cidade de Tombos, através do trabalho de campo, pude perceber que houve um crescimento de empregos, oferta de mão de obra e um grande crescimento econômico para o comércio local. Com a chegada de várias empresas terceirizadas e com a oferta de emprego, houve um grande crescimento populacional na cidade, mudando características locais.

Como um todo o mineroduto não aparenta, de início, ter feito ou deixado grandes estragos na cidade. Os médios e grandes proprietários de terras, muitos deles que também são empresários locais, julgam positivamente o empreendimento, o que já era de se esperar. Alguns desses empresários/proprietários falam entusiasmados sobre a aplicação financeira na cidade, da especulação imobiliária crescente e do inchaço do comércio, destaco aqui o Sr. Joaquim<sup>17</sup>, grande empresário local, detentor, junto a sua família, de uma rede de comércio, dono da propriedade por onde passa o já falado Tombos B, o túnel. Em conversa o Sr. Joaquim fala feliz da venda de uma parte de sua propriedade que fez para a mineradora, conta que foi devidamente ressarcido, sendo satisfatória a negociação com a empresa. No entanto, não são em todos os depoimentos que vemos o mesmo tom. O Sr. Pedro, agricultor familiar, fala como um problema desse inchaço momentâneo na economia, comenta também sobre o aumento nos preços dos aluguéis, que essa movimentação comercial parece um problema para 'os pequenos'.

É percebido que apesar do mineroduto não atravessar a cidade, suas consequências chegam a ela. Podemos citar algumas questões levantadas em relatos com os moradores e moradoras da cidade: o trânsito de máquinas e materiais pesados começou a causar rachaduras em casas, além de destruir ruas e calçadas; com a chegada das empresas terceirizadas e com seus funcionários é comum o medo que as famílias têm em função de pessoas desconhecidas aos arredores de suas casas. Na zona rural, as famílias se sentem reféns dentro de suas propriedades, às vezes por falta de acesso, por deixar que trabalhadores da empresa entrem na propriedade, ou mesmo sendo impedidos de entrar nas terras por motivos de segurança da empresa, ainda com a promessa de saírem rápido das propriedades, as famílias deixaram de exercer atividades de plantio, sustento dessas.

---

<sup>17</sup> Optei neste trabalho por apresentar nomes fictícios aos atores, a fim da preservação de sua imagem.

A população tombense também trabalha no mineroduto, alguns temporariamente, outros ainda seguem o percurso do empreendimento com as empresas, muitos chegaram a ‘largar’ antigos empregos fixos em função da novidade, o que chegou a acarretar em desemprego para muitos depois da saída dessas empresas. Muitos trabalhadores também vêm de fora, o que pode ser um problema para a população local, esses trabalhadores de modo geral alugam casas na cidade, fato determinante da crescente especulação imobiliária.

Um licenciamento avalia, a partir da análise de Estudos Ambientais, a viabilidade socioambiental do empreendimento em questão. E, de acordo com a legislação, essa análise é complementada com a realização de audiências públicas. Para o empreendedor se torna ainda necessária a proposição de medidas e projetos que mitiguem possíveis impactos ou os compensem, no caso daqueles não mitigáveis. É recorrente haver investimentos em projetos sociais como medidas compensatórias. No caso de Tombos, esse investimento foi direcionado ao mercado do café, principal produto da cidade. Após lançado edital de concorrência em 2011, a Cooperativa de Produção da Economia Solidária de Tombos (COOPROSOL) apresentou, junto ao grupo Camargo Córrea, um projeto para trabalhar a excelência do café. Foram aprovados R\$570 mil pela empresa para o ano de 2012, que destinaria recursos à produção, “indo desde a orientação no manuseio da lavoura, como por exemplo, a limpeza da poda e secagem de café, até a construção de um galpão (540m<sup>2</sup>) para armazenar as sacas”, segundo o então presidente da cooperativa, Sr. Jorge. De acordo com Jorge, o objetivo desse projeto é realizar a comercialização de maneira coletiva, fazendo com que a venda deixe de ser por meio de intermediários. Esse projeto duraria dois anos, findando-se em outubro de 2013, sendo sua gestão de recursos feita por meio de terceirização, nesse caso o Instituto Meio. Além desse projeto, como medida compensatória, também foram feitos investimentos na construção de uma estação de tratamento de água e em calçamentos. O que se questiona para além desses investimentos é sobre as condições de continuidade desses projetos.

No caso da Cooprosol, o investimento e o projeto se findam agora em 2013, assim também termina a assessoria dada pela empresa, por meio do instituto específico, à cooperativa; nesse caso, o que fica depois desse projeto? E quando o recurso acabar? A população local questiona sobre a sobrevivência tanto do projeto com a cooperativa quanto da instalação de tratamento de água, sem investimentos recorrentes, sem

recursos, sem acompanhamento, se torna cada vez mais difícil que esses planos sobrevivam. Muitas vezes essa compensação acaba por transformar realidades locais, sendo que o que está em jogo é a autonomia da população local e a possibilidade de sobrevivência da mesma. Deve-se assim colocar em questão o fato de as medidas mitigadoras e compensatórias se constituírem como algo suficiente para a concessão das licenças ambientais necessárias para a aprovação de um empreendimento de grande porte.

Logo, a peleja pela ocupação do espaço é confrontada entre os atores envolvidos, assim não vejo que os atingidos e atingidas possam ser considerados passivos pela falta de organização, eles apenas usam dos recursos que conhecem para procurar garantir seus direitos, na maioria dos casos, acesso à processos judiciais. Deve-se destacar a desinformação da população direta e indiretamente atingida.

### 3.1 – O ponto de vista dos ‘atingidos’ de São Pedro

No contexto da entrevista, por vezes somos entrevistados, questionados. Novas perguntas surgem a partir dos relatos que podem ser expressão de sentimentos. Mas o resultado é a construção que leva em conta as distintas concepções de mundo. Assim, é refletindo acerca de suas atividades, possibilidades e limitações que o pesquisador faz de sua prática intelectual e empírica a construção de um saber científico; e, lembrando que, a objetividade de uma pesquisa não está relacionada com a negação ou omissão do encontro de subjetividades que possibilita o estranhamento. Nesta relação estão presentes todos os aspectos da subjetividade, afetividade e estranhamento que permeiam o encontro pesquisador/pesquisado. É a partir dessa concepção que considero importante explicitar a minha inserção nas atividades de pesquisa do processo Minas-Rio.

Poderia considerar a minha experiência de estágio pelo EIV meu primeiro campo, porém, o período de entrevistas e observação detalhada ocorreu em julho de 2013, em poucos e intensos dias. Irene como sempre, me abriu portas, me direcionando pessoas, me apresentando, me carregando pra lá e pra cá em sua moto, como fiel escudeira-informante. E foi, muitas vezes, pelo seu nome que consegui realizar conversas e entrevistas, e pude observar meu ‘objeto’ de estudo. Aqui, o trabalho de

observação participante me permitiu construir uma visão do que foi o processo vivido pelas pessoas dali.

No meu primeiro dia em Tombos, estava na casa da Irene, havia acabado de chegar de viagem e conversava com ela sobre meu trabalho, curiosa me perguntava como devia ser feito e, ao mesmo tempo, me falava tudo que sabia sobre o mineroduto. Num determinado momento Irene diz que “esse negócio de mineração traz um sentimento ruim pro lugar, né”, e logo depois disso ficou quieta, continuando o trabalho que fazia na hora. Achei curioso e ao mesmo tempo fantástico aquele comentário.

Analisando o processo de construção do mineroduto Minas-Rio a partir do ponto de vista dos atingidos e das atingidas, pode-se observar o surgimento de outras questões que não aparecem nos discursos que recobrem o ponto de vista legal do processo. Nesse trabalho recorro às falas de 3 atingidos, D. Rita, 40 anos; e ao casal Sr. Antônio, 72 anos, e D. Maria, todos antigos moradores da comunidade de São Pedro, antigos vizinhos, agora residentes no bairro Niterói. Ainda a depoimentos de D. Elisângela, proprietária do terreno onde foi construída a EV.

Esses tiveram que sair de suas terras, porque suas casas foram destruídas com a construção da EV. De início, retrato como acentuado impacto sofrido a realocação dessas famílias residentes na comunidade, ocasionando a desorganização de redes de solidariedade baseadas nas relações de parentesco e vizinhança, desagregação das redes de comunicação entre vizinhos e parentes ali localizados. Devendo-se ressaltar a supressão das atividades no campo com a vinda dessas famílias para a cidade, sendo que era a ‘roça’ a fonte de rendimentos para os mesmos. Aqui, não se trata apenas de ter um espaço físico disponível, mas da existência das condições consideradas necessárias à reprodução social dessas famílias. Este sentido é expresso por uma das falas de Sr. Antônio e D. Maria:

M: Tinha nossa casa lá, mas a casa também foi demolida né?! A casa também passa assim, pouco mais que daqui naquela casa ali é o trajeto que eles tavam usando pra passar com maquinário pesado, uns 15 metros que eles tiravam da casa.

A: Eu não vou dizer que ele foi ruim pra coisa, que deu muito emprego, mas pra mim foi ruim, onde que eu fui obrigado a vender minhas criação, eu tirava um leitinho, acabou, passou num lugar que tinha um canavial.

Pode-se perceber em falas o sentimento de ter saído do lugar, lugar esse que a maioria das pessoas vivia desde pequenos, e do problema que isso vem a gerar em suas vidas. Como apresentado, as propriedades existentes nessa comunidade são todas de pequeno porte, essas famílias viviam desse espaço e tiveram a sobrevivência comprometida em função do empreendimento. Ainda:

A: Passou no lugar. Meu terreno é pequeno, meu terreno é dois alqueires e meio, ai cortou no meio assim, ai ficou dividido.

P: Vocês sempre moraram lá no São Pedro?

M: A gente sempre morava lá, só que tem que agora nós tão sem casa. Tamo até construído uma casa pelo esse projeto da Irene ai, lá mesmo, só que tá pela metade. Então, a gente não tem como ficar lá.

A: O que eu tenho pra dizer, não vou dizer que foi ruim, que deu muito emprego, mas pra mim só..

M: A gente tem essa casa ai a gente fica aqui.

P: Vocês moravam lá e quando o mineroduto chegou venderam um pedaço do terreno?

M: Não, não foi vendido, eles desapropriaram por temporariamente né?! Pediram permissão, até tem um documento que chegou agora lá do fórum.

A: Eles são muito enjoados, vou te falar, eles não caba nada, tem quatro anos, tem seis né?! Mas que eles tão mexendo mesmo agora, e vai só aparecendo papel.

M: Chegou, o coisa veio entregar aqui ontem, conforme eles pedindo a concessão da posse da terra, não sei o que, não sei o que, e com uma pequena gratificação aqui que é de 4 mil e pouco.

O empreendimento começou suas construções e obras no município em 2009, segundo os entrevistados, e esse processo permanece. Os proprietários dessa comunidade, principalmente o entorno da EV, foram quase que todos realocados. Porém, no acordo feito inicialmente com a empresa isso seria temporário, e já se vão 5 anos; isso se torna um grande problema para essas pessoas que viviam da terra e não estão produzindo nesse período. Segundo os entrevistados, foram feitos acordos, nem sempre cumpridos, e os valores pagos pelas propriedades são inferiores aos de mercado. Mas, como aquelas pessoas ali não sabiam bem como proceder, acabavam mesmo cedendo pelas negociações, muitas vezes até mesmo em função de ameaças. Alguns insistem em dizer que a vinda do empreendimento à cidade possa ter trazidos aspectos positivos. Sr. Antônio fala muito do aumento de empregos, mas também afirmam o quanto sofreram e sofrem em função do mesmo. Estas comunidades apresentam um

sistema particular de uso e posse da terra, e as famílias se dedicavam à agricultura familiar.

P: Isso passa no meio do terreno do senhor? E vocês produziam lá?

M: É dividiu.

A: Mas era o lugar que eu produzia milho, feijão, uma cana. É a baixada, o lugar que produzia.

M: ..um saco de feijão ele plantava todo ano.

A: O pior de tudo é a demora deles, tem seis anos já.

M: Não, tem quatro anos.

A: Que eles tão mexendo, mas dois anos você já ficou por conta daquilo, que você não podia fazer nada, de uma hora pra outra.

M: Aí dois anos eles falaram assim, passou, pagou, a gente não pode plantar mais nada. Eles passavam, podia tá plantado do jeito que for.

A: Eles falou de uma hora pra outra vai chegar.

Essas falas demonstram que a forma de negociação tida pelos empreendedores beiram a intimidação, já dando como certo o que vai ou não acontecer, obrigando as famílias a se adequarem. A descrição do dia a dia dessas pessoas antes desse processo implica numa rica demonstração da importância do trabalho e dos laços da família. A comunidade se acostumou a viver na roça, e daquilo usufruiu, construíram suas vidas junto a dinâmica local, que de repente se viu modificada.

Já dona Elisângela, que vendeu parte de sua propriedade para a construção da EV, fala revoltada dos acordos não cumpridos pela empresa, enfatizando que a área hoje por eles utilizada é muito maior do que o anteriormente acordado, segundo ela “cerca só vai andando, sabe?!”. Sua fala vai de encontro a várias outras que enfatizam o modo da empresa de lidar com os moradores locais, o modo de negociar e de agir.



Fonte: Arquivo pessoal, Estação de Válvula

Entre os casos estudados considero como mais significativo o caso de D. Rita, agricultora, que teve sua casa e de sua família destruída em função de um incêndio ocorrido no entorno da EV, uma vez que sua propriedade era a mais próxima. O início de todo esse processo pode ser percebido na transcrição abaixo:

P: E como foi quando a empresa chegou?

R: Quando a empresa chegou ela chegou com um folhete com um retrato que ia passar uma tubulação, um cano, só um cano, assim mostrando que aquilo ia passar e não ia atrapalhar a gente em nada, aí depois aquilo nascia mato de novo, nós só não podia plantar árvore, mas nós seria dono mesma coisa, e aquilo não ia atrapalhar a gente em nada.

P: E como é que foi?

R: Como é que foi?! Vai lá pra ver a bagunça que ta lá. Quando eles começaram a trabalhar, aí tinha, ele fez um aterro lá de 3 metros de altura lá, um trator um trem..nem sei o nome do trem. E começou. Aí gente tava até dormindo na casa de um amigo que tava doente e pediu a gente pra dormir, e meu filho dormia cá na empresa que ele era vigia e eu trabalhava de dia. Aí eu cheguei e falei com eles que a casa tava caindo. Primeiro eles chegaram, eles já sabiam, que



primeiro eles chegaram e tiraram várias fotos da minha casa, falando que tinha uma casa, duas casas em risco, e não me tiraram de dentro. Que eu acho que se eles tirou várias fotos, que eles tem foto da casa, a empresa tem e me deixou lá. Aí falamos com eles que a casa tava caindo, chamaram o engenheiro e o técnico de segurança do trabalho, eles foram lá, olharam e ligaram pra empresa. Numa segunda-feira, passou segunda e terça eles não apareceram. Quando foi na terça-feira umas 10:30, 11hs da noite a casa veio a cair, ela caiu a parede e desceu o telhado, rebentou as fiação e chocou tudo.



Fonte: Arquivo pessoal, a casa de Dona Rita.

Dona Rita conta como foi a chegada da empresa, e o que realmente aconteceu no final, triste, fala de ter perdido sua casa, hoje ela mora na cidade, doente desde que tudo aconteceu. Ela conta ainda que vivia muito bem vivendo da roça. Quando em conversa sobre como era sua vida, fala emocionada de como sua família vivia:

R: A gente tinha casa, tinha o curral, a gente tirava leite, vivia do leite, plantação de horta, cana, banana, mandioca, verdura, galinha. As minhas galinhas o pessoal da empresa roubou tudo,

fiquei sem uma, não peguei uma. Acabou tudo. Eu falava, falava, falava com o pessoal da empresa e nada.

P: A casa lá era boa?

R: A casa minha lá era uma casa de roça, era tudo de piso assim...de telha..até que a varanda não caiu não, a varanda tá lá ainda, ficou lá ainda a varanda, e a casa não, a casa caiu tudo, a casa queimou tudo, queimou até as telhas. E tudo meu que tava dentro, documento, roupa, até o dinheiro que eu tinha recebido queimou.

A fala de Rita é consoante com a de muitos outros, dos antigos moradores de São Pedro e de Tombos com os quais conversei. Destacam a falta de apoio aos moradores durante o processo de negociação, e mesmo o atropelo durante esse processo. Na maioria das vezes, essas pessoas não têm a menor ideia do que envolve a construção de um mineroduto, tampouco conhecem os procedimentos que acompanham sua efetivação, não conhecem os direitos que possuem e nem os deveres dos empreendedores.

Mais adiante na entrevista Rita fala:

R: Eles falou comigo se eu quisesse já que eu não quero ficar lá, eu falei as vezes com o tempo, às vezes a gente volta. Eu tô doente gente, eu tô doente, eu tô em pânico ainda, eu não esqueci do que eu vi não uai. Eu vi minha casa, uma casa que eu levei 21 anos pra construir pra por tudo ali dentro cê ver em 10 minutos queimar tudo. Eles por eles ser ricos acham que a gente não tem sentimento, eles começaram a chegar na minha porta e falar comigo que por conta de seguro fui eu que tinha colocado fogo na casa. Aí eu comecei a chorar muito, falar com ele: ah moço, não faz isso comigo não, seja ser humano, não faz isso não, já to sofrendo demais e cês vem com uma conversa assim. Ai eles a esquece disso, não moço, nós tem que por isso na justiça, tem que ver quem falou, traz aqui quem falou que a gente vê. Ah, a senhora já não morava lá não. Como que não morava se eu não tenho outra casa, hoje que eu tenho essa casa aqui e não tenho outra. [...] Meu marido é louco com aquilo lá, aquilo é herança do pai dele, eles não vende, os meninos não deixa vender.

P: A senhora mora aqui hoje com seu marido e seus filhos?

R: É. Só que eu gosto muito de lá, ele trabalha lá ainda, ainda vem um sustento de lá, o leitinho, uma vaquinha. A gente perdeu, praticamente demos dado pros outros, cê sabe o que é tirar de um dia pro outro. A gente dá o preço que eles querem e a gente tem obrigação de tirar, saia de lá e não tinha ninguém pra olhar. Saia no pasto entrava lá no lugar deles lá eles tacavam cachorro em cima, eles não são ser humano com a gente na empresa. Eu falava que as minhas galinhas tava sumindo tudo, elas falaram que não queria galinha lá dentro da área lá. Meus gatos, eles

pegaram e soltaram na rua...sem a minha permissão, não queria cachorro, não queria galinha, não queria nada. Eu falei...essas porcaria ai, quando cês chegaram até aqui cês falaram comigo que não ia prejudicar a mim em nada, cês ia tapar buraco, cês ia fazer tudo, e hoje eu não vejo nada disso.

Durante as conversas que tive ficou bem claro o tipo de processo que é instituído e como se dá a relação entre empreendedor e atingidos. Através de observações e registro fotográficos pude perceber o estrago feito na região da comunidade, comprovando o já dito em várias das falas registradas. Ainda, o discurso de muito dos (indiretamente) atingidos na cidade não destoam muito do que já foi comentado.

Destarte, o que se pode dizer é que a população tombense acabou sendo 'levada pelo processo', uma vez não havendo nenhum movimento de oposição frente ao processo, não tendo assim nenhuma autonomia frente ao que passavam. Por fim, todas as falas seguem num mesmo sentido. Dona Rita:

P: A senhora acha que vai conseguir voltar pra lá ainda?

R: Eu acho que algum dia, se tiver uma casinha lá eu ainda consigo voltar, porque eu gosto muito de roça, fui criada na roça. Isso aqui pra mim eu acho que, sabe, não vejo muita graça no que eu vivo agora. Eu falei com minha filha, a gente era feliz e às vezes nem sabia tanta felicidade que a gente tinha. Agora hoje a gente da onde que a gente tá, agora todo mundo ficava assim cê ta melhor, cê ta melhor. Não estou melhor, pra mim eu não estou melhor.

E ainda, Sr. Antônio e D. Maria:

P: Vocês acham que voltam pra lá um dia?

A: Eu tenho fé, eu tenho vontade.

M: Assim que terminar a casa.

A: Eu não gosto daqui não, eu gosto de lá da roça, criado lá né, 72 anos lá.

Os moradores e moradoras esperam um dia que isso acabe e que eles possam retomar suas vidas onde e como eram. Penso nessa situação como num conflito onde essas famílias têm seus meios de reprodução, literalmente, tomados. As entrevistas e levantamentos efetuados revelam um complexo sistema de significação e uso do território, e apesar disso, esta configuração é frequentemente subtraída à visão de empresas do Setor Minerário. É no contexto do licenciamento e implantação do Minas

Rio, que o contraste entre estas formas locais e a articulada pelo empreendedor emerge como tema de reflexão dos próprios moradores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de se realizar esse trabalho surgiu com a vontade de descobrir uma realidade ainda não explorada. O conflito socioambiental é tema de discussão em diversos espaços, mas considero que pouco ainda se fala nas Ciências Sociais sobre a mineração e seus impactos.

Procurei compreender os diferentes modos de realizar o sentido e o destino dos territórios, encontrando uma articulação entre os fenômenos culturais e políticos envolvidos na implantação de projetos minerários.

Uma breve análise do processo de licenciamento ambiental do projeto estudado permitiu verificar que a tomada de decisão nos órgãos ambientais não se evidencia como campo de negociação e resolução de conflitos, e sim como lugar em que tais conflitos se expressam, uma vez que a participação no processo licenciatório é assimétrica, estando empreendedor e comunidade em posições desiguais.

Nesse sentido, um mineroduto, entendido como imprescindível ao desenvolvimento, desencadeia uma nova dinâmica social e cultural no lugar em que é construído, onde a comunidade local, ao perder seu território, acaba perdendo também seus referenciais de identidade.

Portanto, tomando por base o presente estudo, pode-se perceber que o que está em disputa no processo de licenciamento ambiental de uma grande obra não é a negociação, e sim a autonomia da população local e a possibilidade de se reivindicar uma outra forma de desenvolvimento e progresso, em que caberia a eles o poder de decidir a forma e características do mesmo. Considera-se que certos saberes e fazeres não são levados em conta nesse processo, sendo que estes não podem ser transferidos ou compensados. Pensa-se então na necessidade de se buscar um novo sentido de desenvolvimento, por meio de um modelo que leve em consideração a diversidade cultural e os saberes tradicionais, os diversos modos de vida.

Coloca-se em jogo o direito da população local de dizer para onde devem caminhar as mudanças, coloca-se em jogo mesmo a necessidade de luta e oposição da população local em defesa de seus territórios e de seus meios de vida, uma vez que aqui sem terem a possibilidade de participar do processo de forma efetiva, os atingidos, acabam sendo 'levados pelo processo'.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil* (Org. Henri Acselrad). Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fundação Heinrich Böll, 2004.
- \_\_\_\_\_. 2004b, “Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas”. In Henri Acserald, José Augusto Pádua e Selene Herculano (orgs). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- ALCÂNTARA JÚNIOR, José O. *Georg Simmel e o conflito social*. In: Caderno Pós Ciências Sociais. São Luís, v. 2, nº 3, jan/jun 2005, p. 7-15 (disponível em [http://www.pgcs.ufma.br/Revista%20UFMA/n3/n3\\_Jose\\_Alcantara.pdf](http://www.pgcs.ufma.br/Revista%20UFMA/n3/n3_Jose_Alcantara.pdf)).
- BECKER, Howard. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1997.
- BORATTO VIANA, Maurício. *Dádiva ou maldição de um bem mineral: O conflito entre o uso controlado e seguro do amianto e o seu banimento total*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983, p.45-81.
- \_\_\_\_\_. Espaço Social e Poder Simbólico. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.149-168.
- \_\_\_\_\_. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O Poder Simbólico*. TOMAZ, Fernando (Trad.) 5ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.17-58.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 7ª ed., 1987.
- CARVALHO, N. F. *A mudança nos meios de vida das famílias de Pedra Negra atingidas pela construção da usina hidrelétrica do Funil*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Viçosa, 2013.
- CONAMA. Resoluções do Conama: Resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012. / Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2012. 1126 p.
- DAGNINO, Evelina (2004) “Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”. Em Daniel Mato (coor.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.

FARIAS, Carlos Eugênio Gomes. Relatório Preparado para o CGEE – PNUD, Contrato 2002/001604. 2002

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/mapa\\_site/mapa\\_site.php](http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php)

LEÃO, Karina Silva. *Sobre a exploração minerária e o trabalho social com as famílias diretamente atingidas pelo empreendimento da Anglo American em Conceição do Mato Dentro - MG*. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

LITTLE, Paul. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *A difícil sustentabilidade – Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 107-122.

MALINOWSKI, Bronislaw. A região e os habitantes do distrito do Kula. In: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.17-34.

OLIVEIRA, Raquel. *Conflitos Socioambientais no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Murta: a luta pelo sentido e o destino do território no Médio Jequitinhonha - MG*. Monografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2005.

PAIVA, Angela Maria Trindade. *Participação Popular em Processos de Licenciamento Ambiental em Minas Gerais: o caso da PCH Aiuruoca*. Monografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2004.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território. In: *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Morel Queiroz da Costa. Licenciamento Ambiental de Aproveitamentos Hidrelétricos: A trajetória do Conflito. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org). *Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: Ed.UFV, 2008. p.171-218.

ROTHMAN, F. D. (ed). *Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: Ed.UFV, 2008.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_ *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo : Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. A metrópole e a vida mental. In: Velho, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro : Zahar editores, 1979.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa. *A Re-volta da ecologia política: conflitos ambientais no Brasil*. **Ambient. soc.**, Campinas, v.7, n.2, Dec. 2004. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2004000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2004000200015&lng=en&nrm=iso)

\_\_\_\_\_. *Árvores e gente no ativismo transnacional. As dimensões social e ambiental na perspectiva dos campaigners britânicos pela Floresta Amazônica*. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v.44, n.1, 2001. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77012001000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000100002&lng=en&nrm=iso)

\_\_\_\_\_. *Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental*. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 68, Oct. 2008. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300007&lng=en&nrm=iso)

WRIGHT MILLS, C. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.